

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.264 - PE (2019/0125960-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **SERGIO LEONARDO BANDEIRA DE MELLO ALKMIM**
(PRESO)
ADVOGADOS : **ANTÔNIO SÉRGIO ALTIERI DE MORAES PITOMBO** -
SP124516
FLÁVIA MORTARI LOTFI - SP246694
JULIANA DE CASTRO SABADELL - SP357634
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. **1.** TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE EXCEPCIONALIDADE. **2.** INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO VERIFICAÇÃO. OBEDIÊNCIA AO ART. 41 DO CPP. AMPLA DEFESA ASSEGURADA. **3.** NÃO INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUCTAS. POSSIBILIDADE. CRIME SOCIETÁRIO. DIRETOR-SUPERINTENDENTE. NEXO CAUSAL DELINEADO. **4.** JUSTA CAUSA PRESENTE. ESCLARECIMENTO DOS FATOS. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL. **5.** PARCELAMENTO DO DÉBITO FISCAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. NÃO VERIFICAÇÃO. ADESÃO AO PARCELAMENTO DA LEI N. 10.684/2003. NECESSIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL. **6.** EXTINÇÃO PELA NOVAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA COM DISCIPLINA PRÓPRIA. AUSÊNCIA DE *ANIMUS NOVANDI*. **7.** OFENSA AO ART. 1.022 C/C O ART. 489, § 1º, DO CPC. NÃO VERIFICAÇÃO. MATÉRIAS EFETIVAMENTE ANALISADAS. **8.** RECURSO EM *HABEAS CORPUS* A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O trancamento da ação penal somente é possível, na via estreita do *habeas corpus*, em caráter excepcional, quando se comprovar, de plano, a inépcia da denúncia, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.

2. Pela leitura da inicial acusatória, bem como do acórdão recorrido, verifica-se que a denúncia é suficientemente clara e concatenada, atendendo aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal e não revelando quaisquer vícios formais. De fato, encontra-se descrito o fato criminoso, com todas as circunstâncias necessárias a delimitar a

imputação, encontrando-se devidamente assegurado o exercício da ampla defesa.

3. A denúncia identifica o recorrente como **Diretor-superintendente** da empresa Henrique Lage Salineira do Nordeste S.A., durante o período de agosto a dezembro de 2001, atribuindo a ele a conduta de **prestar informações falsas** às autoridades fazendárias, para recolher a menor o imposto de renda retido na fonte. Consigna, outrossim, que, segundo o estatuto social da empresa, "a decisão de não recolher imposto, omitindo informações ou prestando declarações falsas passa, sem dúvida, pelo Diretor-superintendente, ao qual compete exercer a administração executiva geral dos negócios sociais" (e-STJ fl. 35). Nesse contexto, não há se falar em ausência de individualização da conduta nem em denúncia genérica. Com efeito, nos casos de crimes societários e de autoria coletiva, tem se admitido a denúncia geral, a qual, apesar de não detalhar minudentemente as ações imputadas aos denunciados, **demonstra, ainda que de maneira sutil, a ligação entre sua conduta e o fato delitivo**, conforme ocorre nos autos.

4. Devidamente narrada a conduta imputada, consistente em prestar informações falsas às autoridades fazendárias, bem como o nexos causal, em virtude de o recorrente, no exercício de suas atividades de Diretor-Superintendente, ser o responsável pela administração executiva geral dos negócios sociais, não há se falar em ausência de justa causa nem em inépcia da inicial acusatória, estando devidamente assegurado o direito à ampla defesa. A comprovação ou não dos fatos deve ser demonstrada durante a **instrução processual**, momento apropriado para o Magistrado exercer seu juízo de convicção acerca dos elementos probatórios juntados aos autos. De fato, não se revela possível, em *habeas corpus*, afirmar que os fatos ocorreram como narrados nem desqualificar a narrativa trazida na denúncia. Dessa forma, revela-se prematuro o trancamento da ação penal neste momento processual.

5. No que diz respeito à alegada extinção da punibilidade, haja vista o parcelamento do débito fiscal, nos termos da Lei n. 9.249/1995, verifico que o recorrente não aderiu ao parcelamento especial previsto na mencionada lei, mas sim ao previsto na Lei n. 10.684/2003, vigente à época da adesão, o qual dispõe que o parcelamento apenas **suspende a pretensão punitiva estatal**, a qual se extingue somente

pelo pagamento integral dos débitos. Dessa forma, não havendo notícias do pagamento integral dos débitos tributários, não há se falar em extinção da punibilidade. Ademais, não se verificando igualmente o pagamento do parcelamento fiscal, também não se revela possível suspender a ação penal.

6. Quanto à suposta extinção da punibilidade em virtude do instituto cível da novação, considero que a irresignação também não merece prosperar, uma vez que a matéria em análise possui **regramento próprio e específico**, o que impede eventual aplicação da disciplina da novação. Ainda que assim não fosse, observo que a hipótese não apresenta os requisitos do instituto da novação, consistentes na identificação de: 1) obrigação anterior, 2) nova obrigação substitutiva da anterior e 3) *animus novandi*, o qual deve ser expresso. Precedentes.

7. No que concerne à apontada ofensa ao art. 1.022, parágrafo único, inciso II, e ao art. 489, § 1º, incisos I e IV, ambos do Código de Processo Civil, registro que "os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (CPC/2015, art. 1.022), de modo que é inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas no acórdão embargado, já que **não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide**". (EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 1076319/MG, Rel. Ministro Lázaro Guimarães, DJe 22/08/2018). Assim, tendo o Tribunal Regional analisado todos os temas submetidos ao seu crivo, em especial aqueles capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada no acórdão recorrido, não se verifica afronta aos dispositivos enumerados pelo recorrente.

8. Recurso em *habeas corpus* a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Jorge Mussi e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator